

## O Depósito de Presos Peniche e o 18 de Janeiro

1937-1945

Rosalina Carmona



Depósito de Presos da PVDE, Peniche, 1935

Foto: Câmara Municipal de Peniche

O início de 1934 começará agitado para a Ditadura, apesar de malograda a tentativa de greve geral revolucionária do 18 de janeiro contra as leis impostas pela nova Constituição Salazarista de 1933, designadamente o Estatuto do Trabalho Nacional.<sup>1</sup> Semelhante à *Carta del Lavoro* de Mussolini, o Estatuto do Trabalho Nacional decretou a extinção dos sindicatos livres impondo a obrigatoriedade de ingressar nos novos sindicatos fascistas, ordenou a proibição de greves e vedou aos trabalhadores qualquer tipo de organização sindical à margem dos sindicatos corporativos.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei nº 23:048, de 23 de Setembro de 1933

Aos funcionários públicos foi também proibida a organização sindical<sup>2</sup>, que será ampliada ainda a vastas camadas laborais, como pescadores e trabalhadores rurais.

O 18 de Janeiro foi a resposta do movimento operário aos decretos de fascização dos sindicatos. Tentando a greve e a insurreição geral para derrubar a ditadura – evento que encontrou adesão na Marinha Grande e teve repercussões em Coimbra, Lisboa, Almada, Barreiro, Setúbal, Sines e Silves, entre outros locais - o movimento operário, então já muito fragilizado pela feroz repressão de que vinha a ser alvo desde 1927 e dilacerado por divisões internas, seria rapidamente dominado pelas forças do regime com repressão brutal e uma onda generalizadas de prisões, deportações e perseguições nos meses seguintes.

Será após o 18 de janeiro de 1934 que o Depósito de Presos da PVDE em Peniche ganha maior importância como cadeia política, devido a concentrar a maior parte dos presos políticos desta tentativa revolucionária. Uns para cumprimento de pena após o julgamento, outros sem culpa formada ou sequer julgamento, todos serão enviados para «as masmorras tuberculizantes» de Peniche<sup>3</sup>, de onde posteriormente seguirão deportados para a Fortaleza de Angra do Heroísmo e desta para o Campo de Concentração do Tarrafal.

Acerca do Depósito de Presos da PVDE em Peniche, uma das raras descrições que nos elucidam sobre o ambiente que se vivia naquela prisão e simultaneamente caracterizam as instalações prisionais, no início dos anos 30, provém de fonte policial, o que requerendo alguma reserva na sua apreciação nem por isso pode deixar de ser levada em conta. Trata-se de um ofício da PVDE, datado de 30 de Março de 1938. Nele, a polícia política que ainda não detinha o domínio completo das instalações da Fortaleza - coisa que vinha tentando desde a extinção do Comando Militar Especial de Peniche em 1937 - tenta impedir que a guarnição militar existente na Fortaleza possa arrendar em hasta pública os armazéns do Revelim, como era habitual. A PVDE opõe-se, argumentando que via grande «inconveniente naquele arrendamento por motivos de ordem e segurança, visto a grande aglomeração de prêsos ali existentes.»<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Para os funcionários públicos surgirá ainda, em 1936, o famigerado ‘Decreto de repúdio do comunismo’, o qual tornava obrigatória «a declaração de estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas, para admissão a concurso, nomeação, assalariamento e noutras circunstâncias com relação aos lugares do Estado». Desta forma, o “Estado Novo” depurava de todos os lugares da administração pública qualquer elemento que não lhe fosse favorável, o que conduziu a centenas de expulsões dos quadros do Estado de professores, intelectuais, técnicos, ou simples funcionários da administração que não professassem os ideais da nova ordem fascista.

<sup>3</sup> GES-PCP, “Contra o Campo de Concentração no Tarrafal, Túmulo dos Antifascistas”, Avante!, Julho, nº 19, II Série, 1934, pgs. 1-6

<sup>4</sup> AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283, Ofício da PVDE ao Ministério da Guerra, 31 de Março de 1938

Este ofício confirma, assim, que em 1938 o Depósito de Presos tinha já uma população prisional que excedia os limites razoáveis e as condições em que os presos permaneciam eram penosas e degradantes, tanto do ponto de vista da alimentação, como da higiene nas Casernas e instalações sanitárias, consideradas até numa inspeção efetuada à cadeia «velhos pardieiros» [de] «aspecto lúgubre»<sup>5</sup>. Situação, aliás, perceptível nas poucas fotografias contemporâneas existentes. Mas, sobretudo, era o tratamento desumano e prepotente dos guardas e carcereiros para com os prisioneiros, que motivava a maior parte dos protestos e queixas mais frequentes, como teremos oportunidade de analisar em artigo específico.



Presos políticos. Depósito de Presos da PVDE, Peniche, 1935  
Foto: Câmara Municipal de Peniche

Este ofício datado de 1938, dá-nos ainda a dimensão dos amplos poderes que a polícia política de Salazar vinha adquirindo, ao sobrepor a sua jurisdição ao Ministério da Guerra e, indica sem margem

---

<sup>5</sup> 'Relatório da Cadeia do Forte de Peniche – 1969', Arquivo da Direcção Deral dos Serviços de Reinserção Prisional, Estabelecimento Prisional de Lisboa

para dúvidas, que o arrendamento dos armazéns de forma alguma deveria ocorrer, sem expressa autorização da Diretoria da PVDE. O mesmo documento refere a dado passo:

«Tendo sido mandados afixar, nesta localidade, pela Secção da Guarda Fiscal, anúncios, por ordem da 3ª Rep. da Direcção da Arma de Engenharia, para ter lugar a arrematação em hasta pública do arrendamento dos prédios nºs. 64 e 65: Dois armazéns sob a abóboda do Revelim da Cidadela de Peniche, em virtude de terminarem os respectivos arrendamentos em 31 do corrente mês; tenho a honra de informar V. Exª. de que, salvo a devida anuência dessa Directoria, estas dependências não poderão ser arrendadas pelo Ministério da Guerra não só em face dos contratos de cedência de todas as dependências da Fortaleza ao Ministério do Interior, lavrados em 10 de Março e 18 de Abril de 1936, mas ainda porque, sendo a entrada principal deste Depósito de Prêso, não devem as mesmas dependências ser arrendadas a qualquer pessoa por motivos de ordem e segurança, além do pouco estado de asseio em que são mantidos com a carga e descarga dos artigos e material que ali são alojados.»<sup>6</sup>

Com a extinção do Comando Militar Especial de Peniche em 31 de Março e a criação oficial do Depósito de Presos em 1 de Abril de 1937, a Fortaleza passaria a ficar inteiramente ao serviço da PVDE, que ali vai instalar uma das suas prisões privativas.

O Depósito de Presos funcionará oficialmente de 1937 a 1945, data em que a prisão passa para a alçada do Ministério da Justiça<sup>7</sup>, tomando a designação de “Cadeia do Forte de Peniche”. O facto de a prisão de Peniche mudar de ministério, não significou qualquer abrandamento nos métodos repressivos do sistema prisional a que os presos políticos estavam sujeitos pois, sendo Peniche uma das ‘prisões especiais’ dirigidas pela PVDE, esta manteve os mesmos meios, métodos de controlo e repressão. Ainda que em 1945 passasse a designar-se Polícia Internacional de Defesa do Estado, PIDE. Mudava o nome mas conservava o mesmo tipo de atuação violenta.

No vasto conjunto do aparelho repressivo e prisional da ditadura, a Cadeia do Forte de Peniche tornara-se já um dos maiores símbolos da repressão fascista.

---

<sup>6</sup> AHM, TME, Comando Militar de Peniche, Pasta 21, Arq.283, Ofício da PVDE ao Ministério da Guerra, 31 de Março de 1938

<sup>7</sup> Através do Decreto-Lei nº 35:046 de 22 de Outubro de 1945



Presos políticos. Depósito de Presos da PVDE, Peniche, 1935

Foto: Câmara Municipal de Peniche

No tempo que medeia entre 1937 e 1945 - datas em que o Depósito de Presos de Peniche depende da alçada exclusiva da PVDE, até ao ano em que a Cadeia de Peniche passou para a Direção Geral dos Serviços Prisionais, constata-se não existirem arquivos físicos referentes ao funcionamento do Depósito de Presos na Fortaleza de Peniche. Ou desapareceram ou foram destruídos. A existência dos presos é conhecida apenas através do Registo Geral de Presos, criado com a reorganização da polícia política em 1933, que dará origem à PVDE. É a partir de então que o regime começa a sistematização e organização de toda a atividade policial através de um *corpus* administrativo legal e burocrático que centraliza todo o tipo de atividades repressivas da polícia política, o que nos permite na atualidade, analisar e ter a perceção clara da «natureza *fascista* do regime salazarista e do caráter *terrorista* da sua repressão política»<sup>8</sup>.

Esta visão contemporânea da história da repressão política, só foi possível após 25 de Abril de 1994, quando o Registo Geral de Presos, um dos maiores e mais representativos arquivos da repressão - dado o impressionante número de fichas policiais e registos prisionais que a polícia política e o seu

<sup>8</sup> LOFF, Manuel - "Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)" in **Ditaduras e Revolução** *democracia e políticas da memória*, coord. Manuel Loff, Almedina, 2015, pg.32



vasto aparelho de informadores – os *bufos* - recolheu sobre milhares de cidadãos portugueses ao longo de meio século de ditadura fascista – se tornou acessível ao público<sup>9</sup>. Com efeito, esta ação policial ao conservar todos os registos, teve um efeito prático que nunca poderia ter sido previsto pelas forças opressoras do regime pois, deste modo, foi dando origem, ainda que involuntariamente, a um «repositório de *memórias resistencias*»<sup>10</sup> que nos permitem no presente, conhecer parte da história da resistência antifascista em Portugal»<sup>11</sup>, e não apenas a história oficial que o regime permitiu que fosse divulgada.

Se por um lado o Registo Geral de Presos permite aceder ao nome e às fichas policiais dos que estiveram encarcerados em Peniche, e nas demais cadeias políticas do regime fascista, podemos constatar que o motivo da prisão é quase sempre o mesmo: «actividades subversivas contra a segurança do Estado», o que é bastante redutor, uma vez que a acusação e o real fundamento da prisão, ‘escriturados’ pelos agentes policiais nas fichas prisionais, dão-nos sempre a versão oficial e nunca a «voz das vítimas»<sup>12</sup>.



Presos políticos. Depósito de Preso da PVDE, Peniche, 1935  
Foto: Câmara Municipal de Peniche

<sup>9</sup> Através do Dec.-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro e Lei 4/91, art.º 3º, n.º 2

<sup>10</sup> Termo adotado de Manuel Loff, cf. “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)” in **Ditaduras e Revolução democracia e políticas da memória**, coord. Manuel Loff, Almedina, 2015, pg.32

<sup>11</sup> CARMONA, Rosalina – ‘O Regresso das Bandeiras’, Câmara Municipal do Barreiro/Arquivo Nacional/Torre do Tombo, 2017, 2ª ed., pg. 27

<sup>12</sup> Vd. **Aljube - A voz das Vítimas** – VV.AA., ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011

Como tal, para tentar conhecer as condições de vida dos prisioneiros, qual número anual de presos encarcerados na Fortaleza de Peniche, como se processavam as visitas dos familiares aos presos, como era exercida a repressão pelos guardas e carcereiros, como era efetuado o controlo e censura da correspondência, quais os castigos aplicados aos presos, que tipo de regulamentos internos existiam ou o próprio Regulamento de funcionamento do Depósito de Presos, em suma, como se processava o quotidiano prisional, a informação oficial é escassa.

Para tentar responder a estas questões recorreu-se ao mais variado tipo de fontes, entre as quais o Arquivo Histórico Militar onde, ainda que esporadicamente foi possível identificar nomes de militares a quem foram movidas perseguições e constatar situações reais de prisão, como já assinalámos em artigos anteriores<sup>13</sup>.

Uma fonte que se revelou de extrema importância e que analisaremos em próximos artigos, embora nos mostre apenas a visão produzida a partir do interior do regime sobre a situação nas cadeias, são as inspeções efetuadas pela Direção Geral dos Serviços Prisionais aos estabelecimentos prisionais, mas isto só acontece a partir de 1945, quando o Forte de Peniche passa para a Direção Geral dos Serviços Prisionais. A partir desta data já surgem descrições mais detalhadas, quer dos edifícios, quer da situação dos presos contudo, sempre sob o ponto de vista da administração dos serviços prisionais.

Para obter uma outra visão dos acontecimentos, a dos que sofreram a prisão, a perseguição, a tortura e mesmo a morte assassinados pela polícia política, foi necessário o recurso à imprensa clandestina, nomeadamente ao jornal *O Proletário*, o *Avante!*, ou o Boletim *Solidariedade* da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional, contemporâneos do período aqui analisado. Através da sua consulta, foi possível encontrar denúncias e descrições da situação prisional em Peniche e noutras cadeias para presos políticos, em cartas escritas pelos próprios presos ou notícias publicadas nestes periódicos.

Por fim, recorreremos ainda a obras impressas e editadas recentemente, onde constam quer os nomes, quer outros informes sobre os encarcerados de Peniche que, até ao momento, segundo o Memorial aos Presos Políticos existente no Museu Nacional Resistência e Liberdade, conta com os nomes de 2510 presos que passaram pelos cárceres de Peniche entre 1934 e 1974.

---

<sup>13</sup> “O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933” <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/09/O-Pres%C3%ADdio-Militar-e-o-Comando-Militar-Especial-de-Peniche-1931-1933.pdf> ; e o “Comando Militar dos Açores” <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2020/10/Comando-Militar-dos-A%C3%A7ores.pdf>

Dado o contexto, se em artigo anterior já havíamos formulado a hipótese de o Depósito de Presos da PVDE em Peniche ter começado a funcionar antes de 1934, mais concretamente a partir de 1931<sup>14</sup> porque ali estavam encarcerados vários militares em razão da sua atividade contra a ditadura fascista, podemos agora comprovar com mais exemplos que, de facto, desde 1931 se encontram prisioneiros civis na cadeia de Peniche.

Temos conhecimento de dois casos concretos antes de 1934, todavia, isso não invalida que outros nomes não venham ainda a surgir, com o aprofundamento da investigação. Vejamos então os dois exemplos referidos:

Em 1931, Manuel Maria Pedro, de profissão trabalhador do campo, natural de Santarém, deu entrada na prisão de Peniche, em 19/12/1931<sup>15</sup>.

Dois anos depois, em 1933, encontrava-se preso em Peniche o tipógrafo Matias Sequeira, de Lisboa, que foi registado com data de entrada na cadeia da Fortaleza em 11/06/1933<sup>16</sup>.

A partir de 1934, a PVDE que já tinha como competências principais a repressão dos crimes de natureza política e social, vê reforçada a sua autoridade com poderes especiais, através de legislação na qual é determinado que o cumprimento de penas por crimes então considerados «políticos e sociais»<sup>17</sup>, tenham lugar em prisões de carácter especial sob a sua alçada, como é o caso de Peniche e posteriormente o Tarrafal.<sup>18</sup> É também a partir de 34 que se acentua o caráter repressivo e violento da polícia política.

Percorrendo o Registo Geral de Presos encontramos, no início do ano de 1934, os dois dos registos mais antigos neste ano, referindo expressamente detenções de civis em Peniche, o primeiro datado de 10 de Fevereiro de 1934 e o segundo de 15 do mesmo mês e ano.

---

<sup>14</sup> Vd. “O Presídio Militar e o Comando Militar Especial de Peniche 1931-1933”, Rosalina Carmona <http://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/pt/boletim-artigos/>

<sup>15</sup> Nome incluído na publicação ‘Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta’, ed. União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2019, 5ª ed., pg. 320

<sup>16</sup> Nome incluído na publicação “Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta’, ed. União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2019, 5ª ed., pg. 326

<sup>17</sup> Decreto-Lei nº 23:203, I Série nº 253 de 6 de Novembro de 1933. Este decreto estipula as punições para o que passa a ser considerado delito político e estabelece as infrações disciplinares de carácter político que serão aplicadas aos designados “infractores”.

<sup>18</sup> Até 1945, data de criação da PIDE através do Decreto-lei nº 35:046 de 22 de Outubro de 1945, a prisão da Fortaleza de Peniche e o Campo de Concentração do Tarrafal estão sob um estatuto de prisões especiais que, teoricamente, terá sido alterado através do Art.10º do Decreto citado, que especifica a sua passagem para o Ministério da Justiça: «Art. 10º. Serão entregues ao Ministério da Justiça a Colónia Penal de Cabo Verde e o Forte de Peniche.» Até então estes dois estabelecimentos prisionais estavam sob dependência direta da PVDE, polícia que, do ponto de vista legal, dependia do Ministério do Interior. No entanto, tanto uma como outra prisão não deixaram de ser controladas pela polícia política.



Relativamente ao primeiro caso, trata-se de Francisco Lúcio do Nascimento, que nesta data estava ali detido.<sup>19</sup> Este homem, de profissão trabalhador, com 41 anos de idade era natural de Estômbar, Lagoa, Algarve. Na sua ficha prisional, elaborada pela PVDE, não consta fotografia nem é referido o motivo da prisão, apenas indica: «Encontra-se em Peniche desde 10-2-934».<sup>20</sup>

Sem que seja indicado o motivo por que ali esteve encarcerado mais de um ano, lê-se na sua ficha política que foi restituído à liberdade em 20 de Março de 1935<sup>21</sup>. É provável, contudo, que na origem da prisão estivessem os acontecimentos do 18 de janeiro.

The image shows a handwritten prison record card for Francisco Lúcio do Nascimento. The card is on aged, yellowed paper with a grid-like structure. At the top right, the number 'N.º 228' is printed. The card contains the following handwritten information:

- Nome e alcunha:** Francisco Lúcio do Nascimento
- Estado:** (blank)
- Profissão:** Trabalhador
- Naturalidade:** Estômbar - Lagoa
- Data do nascimento:** 41 anos
- Filiação:** José Lúcio dos Santos e Maria da Conceição Gonçalves
- Residência:** (blank)
- Outras indicações:** Solto
- Numero do processo de valores ou documentos apreendidos:** (blank)
- BIOGRAFIA PRISIONAL:** Detido em Peniche desde 10-2-934 restituído a liberdade em 20-3-35
- Sinais particulares:** (blank)
- Altura:** (blank)
- Cor:** (blank)
- Nacionalidade:** (blank)

At the bottom left of the card, the number 'Mo 1 194' is printed.

Ficha prisional de Francisco Lúcio do Nascimento

<sup>19</sup> Cf. TT-PIDE-E-010-2-228

<sup>20</sup> TT-PIDE-E-010-2-228

<sup>21</sup> Ficha policial existente no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, cf. TT-PIDE-E-010-2-228\_m0061\_derivada

O segundo caso é Rodrigo Olhero das Neves, serralheiro de profissão, natural de Lisboa, de 27 anos de idade que, segundo a ficha da PVDE, terá sido restituído à liberdade em 22-1-1935.<sup>22</sup>

Para o ano de 1934, além dos prisioneiros acima citados, estavam igualmente detidos em Peniche mais 11 presos<sup>23</sup> e ainda mais 16, cujos nomes não constam na lista do Memorial existente do Museu Nacional Resistência e Liberdade mas, que são citados na Ordem de Serviço nº 114 da PVDE, como tendo sido transferidos da Cadeia do Aljube para Peniche. São os seguintes:

Francisco Manuel - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>24</sup>

Agostinho Marques da Silva – Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>25</sup>

Pedro Batista da Rocha - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>26</sup>

Florianio Correia Marreiros - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>27</sup>

Fernando Viterbo de Campos Barbosa - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>28</sup>

Custódio Dias - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>29</sup>

Afonso Pereira - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>30</sup>

---

<sup>22</sup> Cf. PT/TT/PIDE/E/010/2/289

<sup>23</sup> Vd. 'Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta', ed. União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2019, 5ª ed

<sup>24</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>25</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>26</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>27</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>28</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>29</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>30</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

António Inácio Martins - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>31</sup>

Serafim Martins Pereira Mendes - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>32</sup>

Afonso Augusto da Cunha e Melo - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>33</sup>

José Cipriano Chagas - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>34</sup>

José Mendes do Carmo - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>35</sup>

Francisco Diogo «O Chico Miúdo» - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>36</sup>

Venâncio José dos Santos «Galaraz» - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>37</sup>

Francisco António da Luz - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>38</sup>

António José dos Santos «Galaraz» - Transferido a 24 de Abril de 1934 da Cadeia do Aljube para a Fortaleza de Peniche.<sup>39</sup>

---

<sup>31</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>32</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>33</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>34</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>35</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>36</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>37</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>38</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002

<sup>39</sup> Ordem de serviço Nº 114 da PVDE, 24 de Abril de 1934, 1\_ ca-PT-TT-PIDE-DGS-Posto-Peniche-Ordens-Servico-1934\_m0002





É ainda no ano de 1934, que o jornal *O Proletário*<sup>40</sup> de maio, denuncia a morte de um sindicalista, Manuel Vieira Tomé, às mãos da Polícia de Informações, quando se encontrava preso na Cadeia do Aljube. A polícia terá feito publicar na imprensa que Manuel Tomé estaria em greve de fome e ter-se-ia suicidado. Todavia, o jornal *O Proletário* acusa a polícia de o ter torturado até à morte.

«Manuel Vieira Tomé não se suicidou, mataram-no! [...] Tomé não fazia a greve da fome. [...] O que sucedia é que o nosso desditoso camarada *não podia comer porque tinha a cabeça transformada num aglomerado informe de massa sangrenta, em consequência de, desde que caiu nas garras da polícia, ter sido, diariamente espancado e torturado! Uma noite levaram-no para a Serra do Monsanto e atiraram-no por um barranco!* Deve ter morrido em consequência da fractura do crâneo.»<sup>41</sup>

O uso da violência e tortura nas cadeias políticas era praticado pela polícia nos interrogatórios e chegou a ser defendido pelos mais altos responsáveis do 'Estado Novo', como se comprova pela entrevista concedida por Salazar a António Ferro, em 1933. Oliveira Salazar, enquanto Chefe do Estado, justifica a atuação brutal da polícia política sobre os seus opositores, ao "normalizar" a tortura como recurso para obter confissões quando declara:

«Quero informá-lo [a António Ferro], no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde tinham as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras...»<sup>42</sup>

Claro que as fichas policiais ou as biografias prisionais relatam os supostos safanões, nem nelas se encontram descrições de torturas praticadas sobre presos políticos - a polícia não o escrevia - os testemunhos da violência e da tortura física e psicológica só surgem nos depoimentos dos presos que foram vítimas dela, em raríssimos documentos fotográficos, ou na imprensa clandestina, onde são denunciadas quer os maus tratos quer os assassinatos.

---

<sup>40</sup> 'MANUEL TOMÉ foi assassinado pela Polícia de Informações' in "O Proletário", maio, 1934, Série ilegal, Ano I, nº 3, pgs. 1-4. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0224

<sup>41</sup> 'MANUEL TOMÉ foi assassinado pela Polícia de Informações' in "O Proletário", maio, 1934, Série ilegal, Ano I, nº 3, pgs. 1-4. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0224

<sup>42</sup> Ferro, António - *Salazar: o Homem e a sua obra*. Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1989, pg. 119



Além de Vieira Tomé, em outubro 1937 surge a denúncia de mais uma morte praticada «pela miserável polícia da informa.»<sup>43</sup> Segundo o jornal *Avante!*, Augusto de Almeida Martins, operário de 23 anos, militante comunista, morre vítima de tortura na sede da PVDE «assassinado em 24 p.p. [Setembro] por se recusar a prestar declarações. [...] O povo português deve unir-se e impedir que o fascismo faça verter mais sangue proletário.»<sup>44</sup>

Como sabemos hoje, estão documentadas atualmente cerca de 170 mortes de resistentes antifascistas, todas pelas mãos da polícia política que durante 48 anos serviu os intentos da ditadura fascista. Foram 170 vidas sacrificadas em prol da liberdade do povo português e, na sua totalidade, que se saiba, nunca até hoje houve qualquer reparação pública por parte do Estado Português às famílias das vítimas. Nem sequer um monumento nacional, para perpetuar tamanho sacrifício.

Vejamos agora algumas informações acerca do regime prisional na Fortaleza de Peniche, as condições em que sobreviviam os prisioneiros e alguns acontecimentos da vida quotidiana, ocorridos naquele cárcere do regime fascista.

Em Maio de 1934, a Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional editava o primeiro número do boletim clandestino “Solidariedade”, no qual saudava as mães, as companheiras e os filhos dos «heroicos combatentes antifascistas» presos e deportados na sequência do 18 de janeiro e recordava que «a história de 8 anos de ditadura haviam custado às massas trabalhadoras páginas sombrias, onde o crime, a arbitrariedade e a miséria imperavam». Recordava ainda as «500 novas vítimas da contra-revolução salazarista» referindo que «São estes camaradas que os esbirros do grande capital pretendem assassinar enviando-os para Angola, para a margem sul do Cunene.»<sup>45</sup> Este era o negro balanço dos acontecimentos do 18 de janeiro de 1934 traçado pelo *Solidariedade*.

---

<sup>43</sup> ‘Detenhamos o braço assassino do fascismo!’ in “Avante!”, Série II, nº 55, 3ª semana de outubro, 1935, pg. 4

<sup>44</sup> ‘Detenhamos o braço assassino do fascismo!’ in “Avante!”, Série II, nº 55, 3ª semana de outubro, 1935, pg. 4

<sup>45</sup> “Solidariedade” nº 1, Boletim Central da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional (manuscrito), Maio, 1934. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0286



Nº 1 do Boletim "Solidariedade" da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional

O boletim exortava os presos, deportados e perseguidos a que se unissem e escrevessem aos trabalhadores de todo o país e a todos aqueles que «honestamente repudiavam o crime e a mentira propagandeados pelo 'Estado Novo', que dessem exemplos de heroicidade e abnegação que iluminassem o caminho que conduzissem à libertação do povo do jugo da ditadura fascista»<sup>46</sup>.

No ano seguinte de 1935, volta o jornal *O Proletário* sob o título "O que vai pela fortaleza de Peniche"<sup>47</sup>, a transcrever uma carta enviada daquela prisão com a data de 9 de Junho de 1935, onde perpassa o clima opressivo que se abateu sobre o país, e em particular sobre os presos, após o 18 de

<sup>46</sup> "Solidariedade" nº 1, Boletim Central da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional, Maio, 1934. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0286

<sup>47</sup> "O que vai pela fortaleza de Peniche", "O Proletário", agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0194

Janeiro de 1934 mas, ao mesmo tempo, ressalta o espírito de resistência que os presos políticos opunham aos seus carcereiros.

A carta refere como os guardas tentavam obrigar os presos ao cumprimento de tarefas que estes consideravam humilhantes, o que gerava conflitos devido à recusa por parte dos presos, que alegavam que apenas trabalhariam nos seus ofícios. É descrito um incidente particularmente grave, que resultaria a deportação de vários detidos para a Fortaleza Militar de Angra do Heroísmo.

«Na 3ª feira passada (dia 4) deram-nos como de costume ½ hora para fazermos a limpeza e a maioria dos camaradas estavam deitados e deitados ficaram, isto quer dizer; que não fizemos a limpeza. Passados minutos apareceu o sub-chefe da polícia, que nos mandou levar as camas para fóra da Caserna. Quando procedíamos à mudança das camas, uma força da Guarda Republicana e uns poucos de polícias, faziam-nos a guarda de honra. Depois o sub-chefe, apoiado nas armas da guarda presente, chamou 4 camaradas, cantando a Internacional e com guarda à vista, fizeram a limpeza. No dia seguinte (dia 5) repetiu-se a mesma coisa, mas na Caserna 1, o caso mudou de figura. Os primeiros 4 camaradas chamados para fazer a limpeza, negaram-se terminantemente, tendo até um jovem camarada, despidido a a camisola para que lhe batessem e o sub-chefe perante estas atitudes mandou os 4 camaradas para a Casamata e chamou outros 4 que também terminantemente se recusaram a fazê-lo. Outros foram chamados e todos se negaram a fazê-la, tendo por isso ido para a Casamata 36 camaradas da Caserna 1. No dia seguinte, ou seja na passada quinta feira 6, ainda os camaradas se encontravam na Casamata e quando nos vieram dizer que tínhamos de fazer a limpeza novamente nos negámos, tendo sido chamado o sub-chefe, que indicou 4 camaradas.

Esses camaradas como nos outros dias, negaram-se a fazê-la e todos nós em número de 38 juntámo-nos em frente do sub-chefe e seus acólitos, clamámos em voz alta que não fazíamos a limpeza, e que estávamos dispostos a não ser mais vexados; depois como visse que nada conseguia, mandou-nos trazer as camas para fora da Caserna em termos autoritários e violentos, o que levou um dos nossos camaradas a dar uns passos em frente, dizendo-lhes que eramos homens dignos e que não estávamos dispostos a admitir mais vexames.»<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0194



Os presos com as camas no exterior, aguardando pela limpeza às Casernas. Depósito de Presos, Peniche, 1935  
Foto: Câmara Municipal de Peniche

Perante a resistência dos presos, o sub-chefe puxou a pistola para os enfrentar, sendo imitado pelos guardas. Os presos, entretanto, avançaram para os guardas que recuaram, tendo chamado de urgência uma força da GNR que obrigou os presos pela violência, a entrar nas Casernas.

«Do conflito resultaram 7 camaradas feridos, um deles grave, pois levou uma coronhada nas costas na direcção do pulmão esquerdo, coronhada tão violenta que lhe fez uma grande chaga. Foram metidos na Casamata 2 camaradas desta Caserna. Na Caserna 2 sucedeu o mesmo e os da 1 foram tirados da Casamata e para não apanharem coronhadas tiveram que fazer a limpeza.»<sup>49</sup>

Como protesto os presos declararam-se em greve de fome, sendo castigados com a recusa de visitas, proibição de recreio, proibição de correspondência e recusa de pedidos de compras de géneros no exterior, através de uma mulher empregada na cadeia com essa função.

Prossegue a notícia: «No dia seguinte de madrugada 19 camaradas, alguns com a pena quase cumprida, faltando-lhe a uns 28 dias, outros 2 meses, 3 meses, etc. foram para Lisboa e consta aqui

<sup>49</sup> “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0194

que foram deportados para Angra do Heroísmo. Quando estes 19 camaradas saíram daqui, deviam ser uma 5 horas da manhã, passaram pela frente da Caserna 2 e romperam aos gritos Viva a revolução Social, Abaixo os tiranos, etc., tendo estes camaradas correspondido.

Na realidade seguiram para a fortaleza de Angra os seguintes camaradas: Bernardino Xavier condenado em 3 anos, agredido antes de seguir para a deportação, José Bernardo 3 anos, Álvaro Gonçalves 6 anos, Carvalho Cruz 4 anos, José António Machado a quem apenas faltavam 2 meses para cumprir a pena a que foram condenado, Garradas a quem apenas faltavam 20 dias agredido antes de partir, Rodrigues a quem faltavam 20 dias, agredido, Militão 20 dias, agredido, Salgueiro a quem faltavam 2 meses, Pires 3 meses, Américo 6 meses, Vilarigues 6 meses, Manuel d'Oliveira 2 meses, Sevela 12 meses, Mesquita sem processo, Armando Calé[t] por julgar, Cochico condenado em 6 anos. Nesta leva seguiu também José Filipe da Costa que desde 9 de maio se encontrava «enterrado» no segredo do Aljube. Trabalhadores: assim trata o «Estado Novo» os heroicos operários presos!»<sup>50</sup>

No mesmo jornal é referida a a situação particularmente vulnerável das famílias dos detidos, que se viram privadas dos seus entes queridos, em muitos casos o único suporte económico da família. O jornal publica um apelo de “Solidariedade aos Presos” e às famílias, ao mesmo tempo que confirma a violência da repressão exercida pelo regime nas cadeias políticas sobre os participantes da greve do 18 de Janeiro de 1934.

«Cerca de 500 camaradas estão presos ou deportados. Sofrem nas masmorras do «Estado Novo», as consequências da sua dedicação pela classe operária» e por lutar pelos «legítimos interesses dos trabalhadores. Teem família que vivia dos seus braços presentemente manietados. Há fome nos seus lares. O S.V.I.<sup>51</sup> luta com dificuldades para valer a todos. Precisamos recolher dinheiro para valer aos presos e deportados e livrar suas famílias da miséria! O Proletário abre, nas suas colunas, para este efeito, contribuindo já com cinquenta escudos uma subscrição permanente, cujo produto será entregue ao S.V.I. para que o distribua. É necessário que cada G.D.S., cada sindicato revolucionário, cada um dos nossos militantes corra à chamada, contribuindo e organizando a recolha de contribuições para as vítimas da luta de classes!»<sup>52</sup>

Apesar da repressão e prisões em massa, continuavam a persistir em diversos locais do país focos de resistência, que o regime tentava dominar usando o terror e a intimidação. Foi o que sucedeu com a

---

<sup>50</sup> “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0194

<sup>51</sup> Socorro Vermelho Internacional

<sup>52</sup> “Solidariedade aos Presos” in “O Proletário” maio, 1934, Série ilegal Ano 1, nº 3, pg. 4. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4\_m0224.



jornada de agitação e luta “Contra a Fome, a Guerra e o Fascismo”, desencadeada pelo PCP a 28 de Fevereiro de 1935 no Barreiro. Esta ação culminou com a colocação de várias bandeiras vermelhas, uma das quais na alta chaminé das Oficinas dos Caminhos-de-ferro e outras em várias ruas da vila operária. Na preparação desta jornada participou o próprio secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, em diversas deslocações que fez ao Barreiro para reunir com a organização comunista local. Esta ação, que acabaria por constituir um grande desafio ao regime, terminou com a repressão violenta e a prisão de dezenas de operários barreirenses. Bento Gonçalves, secretário-geral, será um dos acusados no processo e viria a ser preso ainda em Novembro de 1935.<sup>53</sup>



Uma das bandeiras içadas no Barreiro na noite de 28 de Fevereiro de 1935  
Arquivo Nacional/Torre do Tombo

Como refere um comunicado da célula comunista da CUF, a propósito desta ação «já se efectuaram mais de 100 prisões na CUF, Caminhos de Ferro e mais de 45 estão mantidas e tudo nos indica que mais prisões serão feitas se a tal o proletariado barreirenses não se opuser».<sup>54</sup> Ora, justamente muitos

<sup>53</sup> Bento Gonçalves, que já era procurado pela polícia, seria preso a 11 de Novembro de 1935 juntamente com José de Sousa e Júlio Fogaça, após o seu regresso de Moscovo onde participou no VII Congresso da Internacional Comunista. A prisão do dirigente máximo do PCP representou um duro golpe na organização clandestina, reconhecido pelo próprio Avante! que refere a propósito: «Com estas prisões foi-nos vibrado um golpe profundo e doloroso. Mas, se é verdade que a dor de tão preciosa perda cala fortemente no nosso espírito, também não é menos verdade que ela chama a nossa atenção para a necessidade de reforçar a vigilância revolucionária». GES-PCP, “As últimas prisões” Avante! nº 14, II Série, Dezembro, 1935, pg. 1. Bento Gonçalves seria deportado sucessivamente para Angra do Heroísmo e posteriormente para o Tarrafal, onde viria a falecer a 11 de Novembro de 1942, vitimado por falta de assistência médica.

<sup>54</sup> Comunicado da Célula da CUF do Barreiro”, cf. PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-2

destes presos serão julgados e condenados, ao todo serão 47, dos quais 32 acabaram a cumprir penas em Peniche e Aljube. Os restantes conseguiram escapar à perseguição policial sendo julgados à revelia. Alguns, como Vicente Sequeira, foram para Espanha onde combateram pela República. Vicente Sequeira, que após o final da Guerra Civil de Espanha foi preso pelas autoridades franquistas e depois de cumprir a pena e ser repatriado para Portugal em 1948, foi imediatamente detido pela PIDE na fronteira logo à entrada de Portugal<sup>55</sup>. Outros ainda nunca vieram a ser capturados, desconhecendo-se qual a sua sorte ou paradeiro.

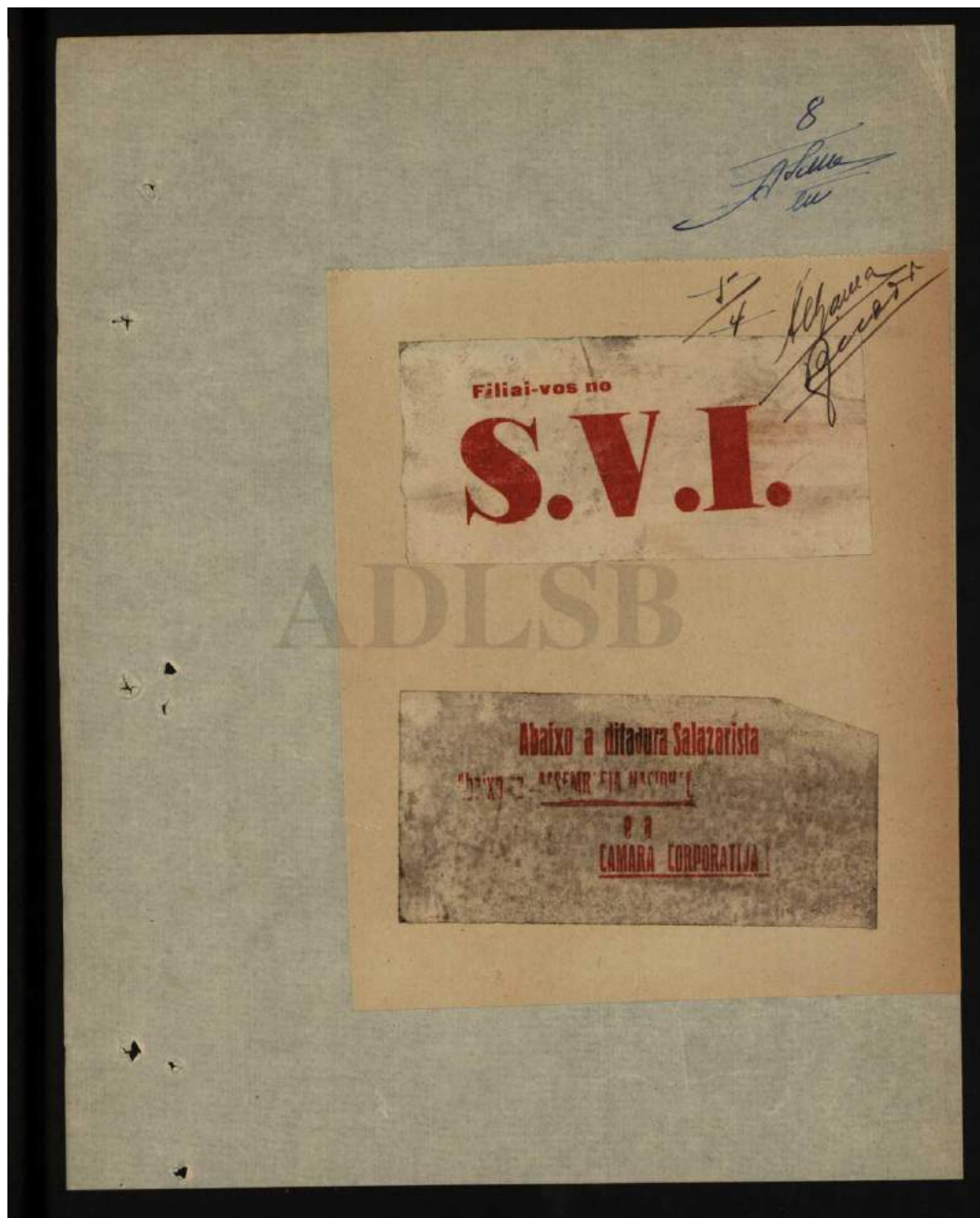


Foto que Acácio Costa enviou à família quando estava preso na Fortaleza de Peniche, 1935.  
Cedida por seu filho Joaquim Costa, para a exposição “O Regresso das Bandeiras”

De todos os 47, um dos mais penalizados terá sido Acácio Costa, que em Peniche, já depois de ter cumprido a pena a que fora condenado, continuava preso e acabaria por ser deportado para o

<sup>55</sup> Sobre Vicente Sequeira, vd. PT-TT-PIDE-E-010-91-18055

Tarrafal, integrado no primeiro grupo de prisioneiros que chegou ao Campo de Concentração de Cabo Verde. Só regressaria passados 8 anos, em 1944.<sup>56</sup>



Tarjetas distribuídas na noite de 28 de fevereiro de 1935 no Barreiro e apreendidas pela polícia  
Arquivo Nacional/Torre do Tombo

As condições prisionais e a forma como eram tratados os presos em Peniche, os castigos que lhes eram infligidos, voltam a ser referidos desta vez no jornal *Avante!* em setembro de 1935. Sob o título “Carcereiros Salazaristas”, é relatado que havia perto de três meses, um subchefe da esquadra de

<sup>56</sup> CARMONA. Rosalina – “O Regresso das Bandeiras”, ed. Câmara Municipal do Barreiro/Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016

Peniche que prestava serviço no Presídio tinha por hábito submeter os presos a certos castigos, nomeadamente: «as cartas que os nossos camaradas dirigiam ao segundo comandante, eram por ele rasgadas, impossibilitando assim a satisfação das reclamações dos nossos camaradas. Não contente com isso, este miserável serventuário do fascismo, procura todas as formas de provocação para com os nossos presos. Quere assim leva-los a uma insubordinação para depois os enviar para Angra. [...] Já por várias vezes este miserável ameaçou os nossos camaradas quando em recreio, de morte. [...] Foi por ordem deste ilustre defensor do Estado Novo, e ilustre sucessor do célebre Teles Jordão nos processos de lidar com os presos, que os nossos camaradas foram barbaramente espancados, quando se recusaram a fazer a limpeza das casernas.»<sup>57</sup> E prossegue a descrição da situação em Peniche.

«Com as visitas aos camaradas da Fortaleza, o esbirro Andrade, usa de toda a sorte de grosserias e insolências. Faz apalpar as famílias dos camaradas presos, exigindo que estas apresentem documentos em que provem ser de facto pessoas de família dos presos. [...]

Este sub-chefe Andrade tem de tal forma educado os guardas, que estão sob as suas ordens, que um destes dias se deu o caso seguinte com um dos seus «pupilos» e «discípulos» na forma de lidar com os presos: ordenou ele a um camarada nosso que apanhasse o lixo que estava no chão, como o nosso camarada lhe objetasses que não tinha pá para apanhar o lixo, o miserável respondeu-lhe o seguinte: «você apanha-o sem pá, porque se for preciso também o come». A esta afirmação categórica, seguiu-se toda uma série de insolências ignóbeis, em que estes esbirros são muito pródigos.»<sup>58</sup>

Sabemos atualmente, através de investigação recente, que nos anos de 1934 a 1937 passaram pelos cárceres de Peniche 906 presos<sup>59</sup>. No entanto, as informações referentes à vida dos prisioneiros no Depósito de Presos da PVDE em Peniche não são abundantes como se viu, não se conhecendo muito do quotidiano prisional, nem tão pouco qual o número anual de encarcerados. Surgem informações esporádicas da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, como é o caso de um Boletim de presos datado de 25 de Setembro de 1936, que refere estarem ali enclausurados 169 prisioneiros num universo carcerário nacional de 1191 presos. No reverso do mesmo documento encontra-se o número de deportados, espalhados pelas várias prisões das antigas colónias portuguesas.<sup>60</sup>

<sup>57</sup> GES-PCP, “Carcereiros Salazaristas”, Avante nº 11, II Série, Setembro, 1935, pg. 3

<sup>58</sup> GES-PCP, “Carcereiros Salazaristas”, Avante nº 11, II Série, Setembro, 1935, pg. 3

<sup>59</sup> Informação contida na obra ‘Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta’, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2017, 2ª ed.

<sup>60</sup> PT-TT-AOS-D-G-8-4-1



POSIÇÃO DE VIGILÂNCIA E DEPOSIÇÃO DO ESTRODO

Secção de Presos

ARQUIVO SALAZAR LISBOA

2

25 de Setembro de 1936

Boletim de existencia de presos

Angra do Heroísmo . . . . .	143
Peniche . . . . .	169
Porto . . . . .	177
Inspecções e postos . . . . .	186
LISBOA { Aljube . . . . .	79
{ Esquadras . . . . .	301
{ Hospitalizados . . . . .	22
Casa de Reclusão do G.M.L. . . . .	28 (a)
Cadeia Penitenciaria . . . . .	60
Presidio de Santarem . . . . .	19
Cadeia de Beja . . . . .	7
Total . . . . .	1161

Med. 202 - 2160-35 (a) 11 são cadetes de Mafra V.S.F.F.

Boletim de presos da PVDE, 1936. Arquivo Nacional/Torre do Tombo

ARQUIVO SALAZAR LISBOA

de existencia de presos

Deportados

Timor . . . . .	96
Guiné . . . . .	6
Cabo Verde . . . . .	43
Mozambique . . . . .	13
Total . . . . .	158

Um outro Boletim da Secção de Presos da PVDE refere, mas já em 17 de Maio de 1945, que se encontravam detidos nesta data na Fortaleza 62 presos<sup>61</sup>, num total de 661 encarcerados distribuídos por diversos estabelecimentos prisionais, entre eles os desterrados nas colónias.

Este número, aparentemente menor, comparado com datas anteriores, pode corresponder a algumas amnistias que o regime foi forçado a conceder, em face das lutas do movimento social no

<sup>61</sup> PT-TT-AOS-D-G-8-4-27



contexto político internacional da II Guerra Mundial, mais favorável à oposição. Em breve a PVDE mudaria de nome para PIDE, numa tentativa de suavizar a imagem de uma das polícias mais violentas e criminosas da ditadura fascista, mantendo porém os seus métodos brutais e persecutórios.

É durante este período dos anos 40 do século XX, que ocorre uma situação que ainda hoje continua a ser um mistério. Numa prisão como a de Peniche, em que a ditadura fascista encerrava apenas homens, em cumprimento de pena ou medidas de segurança por lutarem contra a ditadura do 'Estado Novo', encontravam-se detidas duas mulheres em 1942. As suas fichas prisionais nada nos dizem sobre os motivos que as terão levado à prisão. Apenas referem os seus nomes e dados pessoais. Uma chamava-se Teresa Marques, tinha 42 anos de idade, era natural de Gaveto, Monte Redondo (Leiria) e residente em Souto de Carpalhosa. Era casada e declarou ser doméstica. Foi «posta à disposição da PVDE pelo Comando da PSP de Leiria em 29-06-1942», enviada ao Tribunal Militar Especial em 13-07-1942, sendo condenada e transferida para o Depósito de Presos de Peniche em 16-07-1942, de onde só teve ordem de liberdade condicional um ano depois, em 29-06-43.

A outra prisioneira chamava-se Maria de Jesus, tinha 34 anos de idade, nascera em Souto de Carpalhosa, era solteira e residia em Levedas do Vale da Pedra, Lousã. Tal como Maria Teresa, de quem devia ser conhecida porque ambas tinham em comum o lugar de Souto de Carpalhosa, fora presa no mesmo dia pela PSP de Leiria, entregue à PVDE e levada a Tribunal Militar Especial sendo transferida para o Depósito de Presos de Peniche na mesma data que Teresa Marques. Ambos os processos são muito semelhantes e tudo indica que terão sido presas em conjunto e condenadas a pena igual. A questão que mais estranheza causa é, porque foram enviadas para uma prisão onde não havia mulheres e só havia homens.

Em que condições terão sobrevivido durante o ano que permaneceram encarceradas em Peniche, em que celas, que tipo de tratamento teriam relativamente aos restantes presos, o que sucedeu às suas vidas após a libertação. É um caso inquietante, pelo desconhecimento que ainda temos passados que são mais de 70 anos, sobre o sucedido.

A verdade e justiça por vezes demoram tempo demais.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

20/12/2020